

ESPAÇO E SOCIEDADE NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LITORAL NORTE - BAHIA

Maria Raquel Mattoso Mattedi

Aluna do Doutorado de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional da Universidade Salvador e Universidade de Barcelona. Profa. dos Cursos de Mestrado em Análise Regional e da Graduação da UNIFACS.

RESUMO

Este ensaio tem por objetivo refletir sobre as relações espaço-sociedade na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia, desde o início da colonização da área, a partir do século 16. A paisagem dessa unidade de conservação integra elementos naturais de rara beleza cênica e grande fragilidade ecológica, bem como elementos culturais, estabelecidos pelo trabalho do homem. Desses elementos, alguns permaneceram ao longo dos séculos e, outros, surgiram só muito recentemente. Assim, a área mantém características passadas e atuais, mesclando o antigo e o novo, tanto do ponto de vista ambiental quanto social. Hoje, observa-se uma rápida redefinição do espaço, dos usos que sobre o espaço se estabelecem e, finalmente, da sociedade que se reorganiza em condições desfavoráveis para os grupos autóctones.

1

Palavras Chaves: Áreas de Proteção Ambiental, litoral norte da Bahia, espaço, sociedade, atividades tradicionais, turismo.

ABSTRACT

The aim of this essay is to reflect on space-society relationships in the Environmentally Protected Area of the North Coast of Bahia from the start of the colonization of the area in the 16th

century to the present day. The landscape of this area brings together natural elements of both great scenic beauty and great ecological fragility as well as cultural elements brought about by human occupation and settlement. Some of these elements have withstood the passage of time while others have appeared more recently. As a result, the area has characteristics of the past as well as the present, mixing the old and the new both from an environmental and social perspective. Nowadays this protected area is witnessing a rapid redefinition of space, the use of this space and the societal organization of its population, all of which is proving unfavourable for local native groups.

Keywords: Environmentally Protected Area, North Coast of Bahia, space, society, traditional activities, tourism.

INTRODUÇÃO

Este ensaio tem por objetivo realizar uma primeira reflexão sobre as relações existentes entre o espaço e a sociedade, focalizando uma área específica do Estado da Bahia destinada, legalmente, à conservação ambiental.

Considera-se que os fenômenos ocorrentes nessa área fazem parte de um processo maior de mudanças que se verifica no litoral do Nordeste e Norte do Brasil, desde a década de 1970, cada vez mais associado ao con-

texto da globalização. Esse processo diz respeito à produção induzida do espaço, através de políticas públicas associadas a empreendimentos privados, além de outros fatores, que inauguram “*um mercado de terras ascensional e ávido, gerando uma situação fundiária tensa e conflitiva*”¹.

Sobre esses espaços são implementadas atividades econômicas novas, entre elas aquelas relacionadas ao turismo de massas voltado para as camadas urbanas de alta renda e para o mercado internacional. O impacto dessas atividades sobre os sistemas naturais e sobre as sociedades locais não tem logrado, de um lado, assegurar o uso adequado e sustentável de ecossistemas frágeis e, de outro, incorporar as populações nos pretensos benefícios previstos pelos empreendimentos.

1. PARA PENSAR O ESPAÇO E A SOCIEDADE

A relação sociedade-espaço tem sido objeto de estudo de diferentes campos disciplinares. Da sociologia à arquitetura, da economia à geografia humana, da ecologia à geografia física, dentre outras combinações possíveis, estudos desse tipo não são

1 MORAES, Antônio Carlos Robert. *Contribuições para a gestão da Zona Costeira do Brasil. Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro*. São Paulo: Hucitec e EDUSP, 1999 p. 39.

novos nem, tampouco, pressupõem uma única interpretação.

O objeto de análise deste ensaio será uma área transformada em unidade de conservação², em 1993, localizada no Litoral Norte da Bahia. São várias as abordagens possíveis e aqui será privilegiado um enfoque histórico³, tomando-se algumas concepções acerca da relação homem e natureza, de empréstimo da teoria marxista⁴. Assim, três são os aspectos considerados para a realização da análise pretendida: a) a relação sociedade-espaco ou homem-natureza é entendida aqui como o “*intercambio material*” que se estabelece entre um e outro visando a reprodução da vida; esse intercambio assume significados diversos através do tempo; b) como decorrência, a investigação dessa relação deve ter como eixo principal o trabalho exercido sobre a natureza, pois é ele o elemento humanizador, capaz de distinguir o homem das demais espécies e; c) o que se acabará estudando não é exatamente a história de uma relação, mas a história da “separação” que se processa entre homem-natureza à medida que evolui e se complexifica a divisão do trabalho na sociedade humana.

Num primeiro momento dessa relação e que corresponde às sociedades primitivas, o intercambio material entre homem e natureza se dá de forma quase direta, através de formas rudimentares de mediação ou intercambio, expressas em alguns poucos instrumentos e em uma divisão simples do trabalho. Moraes (1999) considera que nessa etapa não se pode falar ainda em apropriação de espaço, haja vista a grande mobilidade dos povos coletores, “*tornando imprecisos, tênues e transitórios os processos de fixação, cuja evidência empírica é o aspecto “portátil” dos meios de habitação e trabalho*”⁵.

Essa etapa vai longe na história e a sua superação decorre da revolução agrícola que possibilita a fixação do homem na terra, assegurando a geração de um excedente alimentar, através do avanço na divisão do trabalho. Novas formas de relação entre

“ Nas sociedades agrícolas que se formaram com a sedentarização, a terra é objeto e meio de trabalho... ”

homem-natureza resultam de uma nova sociedade que se estabelece pelo trabalho agrícola. Nas sociedades agrícolas que se formaram com a sedentarização, a terra é objeto e meio de trabalho e, diferentemente das sociedades primitivas, a sociedade vai além da simples apropriação dos recursos naturais disponíveis para assegurar os meios necessários à sobrevivência, chegando à transformá-los e submetê-los pelo trabalho.

O sedentarismo, a produção de excedentes agrícolas e, adiante, de produtos manufaturados, ao lado das concentrações populacionais que se formaram, deram origem à cidade moderna na qual é intensificada a troca de mercadorias. Ainda restrito na Europa da Idade Média, o comércio se expande na Europa do Século XVI, estimulado pelas navegações dos povos ibéricos. Consolidam-se as atividades mercantis, diversificando-se tanto do ponto de vista das mercadorias em circulação, quanto dos mercados a conquistar.

Nesse contexto é o Brasil “descoberto” pelos portugueses que aqui chegaram imbuídos de uma efetiva ânsia comercial. Em outras palavras, o Brasil é “encontrado” não ao acaso

ou pelo acaso das calmarias atlânticas, mas pelo capital mercantil que, à época, já buscava a mundialização. A busca de riquezas que pudessem ser facilmente obtidas e de mercados a explorar foi sempre o móvel da colonização e do povoamento da terra brasileira. A “conquista” deste território se deu pelas “bordas”, em torno de alguns núcleos populacionais que, posteriormente, dariam suporte às atividades agrárias desenvolvidas não muito distantes da costa, localizadas em pontos estratégicos do litoral, num modelo recorrente chamado de “*bacias de drenagem*” por Moraes⁶.

Esse modelo caracteriza-se pela ocupação de áreas estratégicas do ponto de vista do escoamento da produção, ou seja, das áreas estuarinas ou próximas a elas. O mesmo autor refere-se a quatro conjuntos de lugares que permitiram a ocupação do espaço litorâneo no período colonial: a) O litoral oriental da zona da mata, polarizado por Recife e Olinda; b) O Recôncavo da Bahia, polarizado por Salvador; c) O litoral fluminense, polarizado pelo Rio de Janeiro e d) o Litoral de São Paulo. Além das “bacias” mencionadas que deram origem aos primeiros povoamentos litorâneos, outros povoamentos, plenamente conectados com a economia colonial, foram desenvolvidos nos séculos seguintes. Essa ocupação assumiu um caráter de descontinuidade no espaço e nem sempre foi caracterizada pela densidade ocupacional dos dias atuais. Pelo contrário, foi uma ocupação pontual que avançou, paulatinamente e de forma descontínua, movida pelas demandas, fluxos e refluxos do modelo agro-exportador.

2 Unidades de Conservação são áreas legalmente protegidas e podem ser de diversas modalidades. Entre elas estão as Áreas de Proteção Ambiental - APAs, modalidade essa que vem sendo adotada, recorrentemente, pelo Governo do Estado da Bahia como estratégia para o desenvolvimento do turismo.

3 TRIVIÑOS, Augusto, N.S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1987, 49-74

4 MORAES, Antônio Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Crítica. A Valorização do Espaço*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

5 Op. cit.

6 MORAES, Antônio Carlos Robert. *Contribuições para a Gestão da Zona Costeira do Brasil. Elementos de uma Geografia do Litoral Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1999. p. 33-36.

“... a ocupação brasileira, privilegiou, de um lado, a instalação do suporte físico para a efetivação do comércio externo no litoral...”

Diferentemente da América espanhola cuja ocupação começou pela hinterlândia, com a criação de cidades e com a instalação de universidades e instituições semelhantes às existentes no Reino de Castela⁷, a ocupação brasileira, privilegiou, de um lado, a instalação do suporte físico para a efetivação do comércio externo no litoral e, de outro, o estabelecimento da casa grande e da senzala no meio rural, onde estabeleceu-se a sociedade patriarcal. A importância das cidades coloniais relaciona-se, pois, com a economia exportadora e, só muito recentemente, outros fatores vão influenciar a configuração do espaço litorâneo brasileiro. As ferrovias, conectadas com a exportação do açúcar e do café ao lado das rodovias mais recentes, assim como a industrialização do pós-guerra, a urbanização e, na última década, o turismo são fatores que não podem ser considerados nessa análise.

A industrialização a partir dos anos 1950, também localizada próxima às áreas litorâneas, à medida que gerou novos empregos e renda, permitiu a ampliação das camadas médias da sociedade, impulsionando um novo vetor de ocupação do litoral, voltado para a construção de segundas residências. O turismo e o verão, por sua vez, seja como expressão do crescimento dos centros urbanos e da renda de camadas médias, seja como espaço de segunda residência ou, ainda, como espaço de lazer para a sociedade, nacional ou internacional, também tem contribuído para as novas feições tomadas pelo

litoral brasileiro. Assim, são muitos os processos e agentes que atuam sobre o espaço, imprimindo aos territórios contornos particulares e característicos de uma dada estrutura social.

Nesse sentido, retornando a Moraes, o estado tem se constituído em um dos principais agentes de intervenção no espaço, intervenção essa que pode, de um lado, criar atrativos locais e, de outro, dilapidar o patrimônio natural e cultural. Esta forma de ocupação é considerada como a forma contemporânea numericamente mais expressiva e, do ponto de vista social, impactante e capaz de desorganizar socialidades pré-existentes.⁸

O litoral da Bahia, em toda a sua extensão, não escapa à essas determinações. Timidamente a partir dos anos 1970 e, aceleradamente, a partir dos anos 1990, a zona litorânea do estado tem sofrido profundas transformações, passando de um relativo acomodamento, à objeto de intervenções governamentais que redefinem os usos e criam condições para a implementação de novas atividades econômicas, alheias e, muitas vezes, incompatíveis, com as tradicionalmente existentes.

3. APRESENTANDO UMA PAISAGEM

Definida no dicionário Aurélio como “*espaço de terreno que se abrange num lance de vista*”, a paisagem é sempre parcial, parte de um território, porção de um todo maior, captada pelos olhos que vêm e interpretada segundo a subjetividade de cada um. Modifica-se, altera-se, muda de cor e de forma a depender da luz que sobre ela incide, desaparece na escuridão, pode ter longa vida e pode, igualmente, ser rapidamente devastada ou

“devorada”⁹ por meios naturais ou sociais. É dinâmica e encerra significados diversos.

As paisagens são integradas pela combinação de objetos naturais e de objetos sociais. Os primeiros referem-se aos sistemas naturais parcialmente contidos nas paisagens e, os segundos, a tudo aquilo que encerra o pensamento e o trabalho humanos. Conforme sintetizado por Santos, “*uma região produtora de algodão, de café ou de trigo. Uma paisagem urbana ou uma cidade de tipo europeu ou de tipo americano. Um centro urbano de negócios e as diferentes periferias urbanas. Tudo isso são paisagens, formas mais ou menos duráveis. (...)*”¹⁰.

Alcançando a “Estrada do Coco” a partir de Salvador e seguindo em direção ao norte, na linha da costa, para além das localidades praianas de Arembepe, Itacemirim e Guarajuba, a ponte sobre o Rio Pojuca demarca o limite Sul da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte - APA LN, que se estende paralelamente à costa, numa extensão de 140 km. por 10 de largura, desde o preamar, em direção ao Oeste. Entre o limite leste, representado pela costa atlântica e o limite oeste que avança para o interior, serpenteia a BA-099 ou “Linha Verde”, prolongando-se até a divisa com o Estado de Sergipe. Fazem parte desta unidade de conservação a porção litorânea de cinco municípios do Litoral Norte da Bahia, quais sejam, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra.

Percorrendo a rodovia o viajante não perpassa povoação alguma, as quais distam, para leste ou para oeste, sempre alguns poucos quilômetros: Praia do Forte, Açú da Torre, Campinas, Pau Grande, Sapiranga, Areal, Currálinho, Vila Sauípe, Diogo e Santo Antônio são algumas dessas localidades. A paisagem é variada e for-

7 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 95 a 99.

8 MORAES. Op. Cit

9 KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

10 SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.37.

mada ora por porções exuberantes de mata, remanescentes da outrora dominante Mata Atlântica, ora por grandes extensões de campos secularmente desgastados pela pecuária extensiva, ora por coqueirais, não nativos, mas perfeitamente adaptados e integrados à paisagem, como se o fossem.

O mar não fica à vista daqueles que seguem pela estrada, mas, num certo ponto, revela-se ao longe, em tonalidade anil. Ai, neste ponto, existe um mirante, trabalho do homem. São muitos os objetos naturais que podem ser percebidos a partir da rodovia e, do mirante, a paisagem desdobra-se em extensos campos artificialmente criados pelo homem, e, num segundo plano, em linha paralela ao mar, os coqueirais, há muito introduzidos na região, compõem o cenário. Rios, lagoas, brejos, dunas e manguezais alternam-se. Aos olhos do especialista, são treze as unidades ecológicas¹¹ que compõem essa paisagem que abriga desde as florestas, em vários estágios de regeneração de Mata Atlântica, passando por tipos diversos de restingas, chegando a outras unidades já alteradas pela ação antrópica como as áreas desmatadas para e pela agropecuária e silvicultura.

Os principais rios da região são o Pojuca, o Imbassai ou Barroso, o Sauípe, o Subaúma, o Inhambupe, o Itariri, o Itapicurú e o Real que faz divisa com o estado vizinho. Apresentam-se em intervalos regulares na paisagem, evocando, em alguns trechos, a presença e a história humana apenas pela existência das pontes que os atravessam.

Os principais sistemas naturais existentes na área são os remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados como a Reserva da Sapi-ranga e as Matas do Camurugipe, do Bú e da Paludosa na parte mais setentrional da APA; o conjunto de dunas e restingas de Santo Antônio, de Massarandupió e de Mangue Seco e os manguezais de Porto Sauípe, Subaúma, Poças, Siribinha, Mangue Seco e Coqueiros. No extremo norte da região, encontra-se, ainda, a APA de Mangue Seco, com 34 km².

Elementos naturais combinados com elementos culturais, como a Casa da Torre e a Igreja de Nossa Senhora da Abadia, na Praia do Forte e em Jandaíra, respectivamente, e o mega projeto turístico, o *resort* Complexo Sauípe, integram a mesma paisagem. A Casa da Torre foi construída entre os anos de 1563 e 1609¹² e funcionou como “*um observatório avançado*”¹³ do governo português na colônia. O complexo Sauípe, recém inaugurado, funciona como o paraíso prometido aos turistas e aos visitantes. Elementos de um passado remoto e de um presente recente convivem no mesmo espaço.

Muitos povoados, remanescentes das antigas sesmarias, abrigam uma população nativa que, até muito recentemente, vivia de atividades tradicionais e da exploração dos recursos naturais abundantes e, só aparentemente, destinados ao uso comum.

4. FOCALIZANDO O ESPAÇO E A SOCIEDADE: UM PRIMEIRO “ZOOM”

4.1. A CONQUISTA DO ESPAÇO E A SOCIEDADE NO PERÍODO COLONIAL - SÉCULO XVI AO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Registros históricos e objetos naturais e culturais dão conta de que a ocupação da região teve início na segunda metade do século XVI, sendo liderada pelo português Garcia D’Avila que recebeu de Tomé de Souza uma extensa propriedade “*compreendida entre os campos do Rio Pojuca até próximo à foz do Rio Real*”¹⁴. O primeiro

“ A pecuária extensiva foi introduzida nas terras do litoral norte, tendo início a dizimação dos ecossistemas costeiros, sobretudo de grandes extensões de Mata Atlântica... ”

momento da ocupação desta região foi dedicado à conquista dura do espaço e à submissão dos índios, tupis tupinambás, massarandupióis e outros, ao colonizador e ao trabalho escravo.

A ocupação se deu de forma lenta e pouco adensada no sentido Noroeste, alcançando, pela superação de muitos obstáculos naturais, lutas com o indígena e anexação de extensos territórios, a região do rio São Francisco. A Casa da Torre durante sete gerações serviu de moradia para os descendentes, escravos, empregados e agregados da família D’Avila. A partir dela instalou-se um dinâmico espaço de produção assim descrito por Sá “*(...) ao redor da torre moviam-se dezenas de olarias e engenhos de açúcar. Plantações perdiam-se de vista em vários locais limítrofes da torre e, muito além, em direção da região hoje chamada de Açú da Torre expandia-se a criação de gado*”¹⁵.

A pecuária extensiva foi introdu-

11 LYRIO, Ronaldo Silveira. *Relatório para a atualização do Plano de Manejo da APA LN*. Salvador: Conder, 2001. O geólogo apresenta as seguintes unidades ecológicas existentes na área: Floresta em estágio avançado, Mata Ciliar, Floresta em estágio médio, Floresta em estágio inicial, Restinga arbórea, Restinga arbórea ciliar, Restinga arbustiva arbórea, Restinga em dunas externas, Restingas em dunas internas, Restinga arbustiva, Brejo, Manguezal, Agropecuária, Coqueiral, Silvicultura, Área desmatada.

12 Trata-se da construção da primeira Casa da Torre da qual não existem mais vestígios. Em 1716 teve início a construção da segunda Casa da Torre que compõem, hoje, a paisagem local.

13 SOBRINHO, L. G. Em busca do paraíso... A (ECO) lógica, a gestão do território e o turismo em Praia do Forte - Bahia. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1998.

14 SOBRINHO, op. cit, p.26.

15 SÁ, apud SOBRINHO, 1988. p. 27.

“ Apesar do aparente isolamento, o litoral norte sempre esteve, indiretamente, vinculado à economia açucareira e ao mercado externo...”

zida nas terras do litoral norte, tendo início, desde então, a dizimação dos ecossistemas costeiros, sobretudo de grandes extensões de Mata Atlântica, nativa das áreas litorâneas do sul do país até o Estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste brasileiro. No século que segue, até por volta de 1650, a região, além da pecuária extensiva, desenvolveu uma agricultura de subsistência conectada com a economia açucareira que se consolidava no Recôncavo da Bahia.

O Litoral Norte, segundo Brandão¹⁶, integrava aquela região como o Recôncavo Norte, sendo caracterizado como “(...) demograficamente ralo e marcadamente isolado das demais áreas da região e da própria capital, apesar de sua vizinhança física, então dedicado à produção de subsistência e do coco da Bahia, e à pecuária extensiva. Apesar do aparente isolamento, o litoral norte sempre esteve, indiretamente, vinculado à economia açucareira e ao mercado externo “(...) através do fornecimento de carne, leite, produtos de couro e animais de tração para os engenhos de açúcar. Essa complementaridade poderia ser, ainda, evidenciada no fornecimento de lenha para os engenhos e de óleo de baleia para a iluminação de Salvador”¹⁷.

A pecuária, além de fornecer a carne e os animais de tração para o trabalho no engenho, tinha também a função de abrir caminhos, desbravando os interiores e conquistando o espaço para o colonizador ávido de riquezas a explorar. Nos séculos XIX e XX, rodovias foram construídas sobre

os antigos caminhos das boiadas. Com a decadência da economia açucareira, a partir do século XVII, a região conheceu então um retraimento de demanda para a sua produção. Embora existam descontinuidades nos registros encontrados sobre o período que se estendeu da segunda metade do século XVII até o início do século XIX, nada de essencialmente novo parece ter acontecido na região.

Assim, uma ocupação que se deu em torno da sesmaria, expressou-se no espaço pela transformação da paisagem original em pastos para o gado e, posteriormente, em coqueirais para o comércio e o leite do observador futuro, mantendo as características da sociedade patrimonial que lhe deu origem. As atividades agropecuárias, bem como as extrativistas continuaram a dar sustentação à estrutura produtiva de uma sociedade formada, de um lado, por senhores e, de outro, por negros e indígenas. Grupos sociais polarizados entre senhores e escravos perpassam o Século XVIII, chegando-se ao XIX.

4.2. DANDO TEMPO AO ESPAÇO E À SOCIEDADE: SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX

No final do Século XIX chegou ao Brasil, no Rio de Janeiro, à convite do Imperador D. Pedro, um prussiano, naturalizado norte americano que, após algumas incursões pelo sul do país, instalou-se no litoral norte da Bahia, lá estabelecendo um bem-sucedido comércio de produtos extrativos. Trata-se de Sigisfred Sigismundo Schindler que adquiriu as terras dos descendentes de Garcia D’Avila, por volta de 1879. A propriedade se estendia desde a costa da Praia do Forte até a Vila do Conde, na parte mais setentrional do Estado.

Foram muitos os produtos naturais explorados e exportados por Schindler, além de outros tantos manufaturados: “o coco, o corte da piaçava, borracha da mangabeira, raízes medicinais, especialmente mamona, videiras selvagens, tingui, frutas secas, farinha de banana. Exportava também peles de animais, como ele mesmo afirmava: “No mercado de Queimadas vi um homem simples vendendo pele de cobra por trezentos réis cada, comprei algumas e comecei a exportação de mais este produto da região”, como apresenta Stifelman em sua interessante etnografia sobre a região da Vila Sauípe¹⁸.

A localidade de Porto Sauípe, situada à margem esquerda do rio do mesmo nome, no Município de Entre Rios, foi assim denominada em função do porto aí estabelecido por Schindler, em 1898. Um periódico da época noticiou a inauguração do então chamado Porto Schindler:

“Grande melhoramento acaba de trazer a esta localidade o distinto cidadão norte americano S. Schindler, ... conseguindo obstruir a cordilheira de pedras na extensão de cerca de 20 metros que interceptava a navegação de barcos de qualquer natureza, da barra a alcançar a margem do rio, neste povoado, o que significa ter ficado este povo e a grande quantidade de generos productivos desta zona, à 10 horas, apenas da capital: quando até agora era necessário viajar-se 12 léguas a cavallo e conduzir-se mercadorias em carros com grandes detrimientos e despezas para alcançar a estação mais próxima à estrada de ferro de Alagoinhas...”¹⁹.

As terras pertencentes à Companhia eram arrendadas aos moradores locais que desenvolviam suas atividades tradicionais da pequena produção, pesca, caça, confecção do artesanato de palha e extração de diver-

16 BRANDÃO, Maria de Azevedo (org). *Recôncavo da Bahia. Sociedade e economia em transição*. Salvador: ALB, UFBA, 1997, p. 42-43.

17 SOBRINHO, op. cit, p.27.

18 STIFELMAN, Golde Maria. *Sauípe em Três Tempos: Um processo de desapropriação no Litoral Norte da Bahia*. Dissertação de Mestrado. Salvador. UFBA, 1997, p.43

19 STIFELMAN, op. cit. p.43.

“ As atividades de subsistência e as do comércio de gêneros alimentícios e utilidades artesanais continuaram dando sustentação... ”

sos produtos naturais. Esse tempo é ainda lembrado pelos moradores mais velhos de Vila Sauípe, como informa Stifelman, como um tempo bom, “*de abundância: os donos não trabalhavam, nem colocavam ninguém para trabalhar*”²⁰. As atividades de subsistência e as do comércio de gêneros alimentícios e utilidades artesanais continuaram dando sustentação à essa população e o excedente era embarcado para saveiros para Salvador.

As informações disponíveis permitem supor que o extrativismo e o comércio de produtos naturais foi bastante significativo nessa época, representando ao longo do século XIX a base da economia local. Ainda que as terras pertencessem a grandes proprietários, como o foi Schindler, a população nativa, mestiça, descendente de índios, negros e portugueses, mediante o pagamento da renda, tinha livre acesso aos recursos naturais então disponíveis numa atividade de subsistência complementar ao comércio que se efetivava além-mar. Em 1898, Schindler possuía uma frota de 12 barcos com capacidade mínima de 40 toneladas e, máxima, de 200²¹.

A despeito do dinamismo logrado por este comércio, o fato de realizar-se preferencialmente por via marítima, do Porto Schindler ao Porto de São Joaquim, em Salvador, permitiu que a região onde hoje está situada a APA LN mantivesse-se, por um longo período, à salvo de outros impactos antrópicos, além daqueles a que já havia sido submetida desde os tempos coloniais. Por outro lado, as atividades extrativas, voltadas para a

subsistência e para o pequeno comércio, se medidas em termos de sustentabilidade, aparentemente, lograram ser menos predatórias, tanto em relação às atividades agropecuárias que deram origem a ocupação, quanto em relação às intervenções físicas e econômicas posteriormente realizadas na região.

4.3. ESPAÇO E SOCIEDADE NO SÉCULO XX: DOIS MOMENTOS

4.3.1. ACOMODANDO O ESPAÇO E A SOCIEDADE: 1900 - 1970

As terras de Schindler, por volta de 1909, foram vendidas a uma companhia inglesa, *British and Brazilian Rubber Planters e Manufaturados LTDA*, que deu continuidade aos negócios de exportação, especialmente do látex da mangabeira para a fabricação da borracha. Algumas fontes informam que esta companhia chegou a possuir 80.000 ha. nessa região, o equivalente a 20 km de costa por 40 km. de profundidade²². Esta companhia desenvolveu negócios na região até 1940 quando, pelo arrefecimento das atividades comerciais e pela guerra na Europa, entregou a gerência dos mesmos ao *Bank of London*.

Em 1949, parte das antigas propriedades de Schindler foram vendidas à Construtora Norberto Odebrecht - CNO que, hoje, dispõem de 1.700 ha. situados entre o riacho Santo Antônio e a foz do rio Sauípe, tendo aí implantado um grande empreendimento turístico.

No Município de Mata de São João, na parte mais meridional da APA LN, consta que em 1922 o coronel Otacílio Nunes de Souza comprou a Fazenda Praia do Forte de Régis Pacheco²³ iniciando o cultivo do coco e desenvolvendo um programa de mudas selecionadas, associado à pe-

20 Op. cit. p.45

21 Op. cit. p.44

22 QUEIROZ, A.L.C.P. e ALMEIDA, I. C. Porto Sauípe: o traçado de uma linha e as transformações no verde. Monografia de conclusão de Curso. Salvador, UNIFACS, 1997.

23 Ex-governador da Bahia e descendente dos D'Ávila.

“ As mudanças verificadas no litoral norte nos últimos trinta anos ... ultrapassaram, em impacto, àquelas verificadas ao longo dos séculos anteriores. ”

cuária extensiva. Com a morte de Otacílio Nunes, em 1939, tem início um processo de decadência econômica da família, com notícias de conflitos acirrados entre herdeiros e posseiros.

Na década de 1950 a região presencia o início da exploração do petróleo com a instalação de poços nos municípios de Mata de São João, Entre Rios, Itanagra, Pojuca e Cardeal da Silva, entretanto, a região litorânea destes municípios, sobretudo daqueles que hoje integram a APA Litoral Norte, permaneceu relativamente isolada e foram lentas as mudanças, sociais e espaciais, que ocorreram até a década de 1970. Neste ano, todavia, a Fazenda Praia do Forte foi vendida a um empresário paulista que, de início, tentou recompor a empresa agropecuária pertencente aos antigos proprietários, mas que alterou, posteriormente, seus planos, desenvolvendo o primeiro grande projeto turístico do Litoral Norte: o Projeto da Praia do Forte.

4.3.2. TRANSFIGURANDO O ESPAÇO E A SOCIEDADE: 1970 - 2000

As mudanças verificadas no litoral norte nos últimos trinta anos foram

“A orla marítima dos municípios de Mata de São João e Entre Rios foi a que mais cedo sentiu os impactos sócio-espaciais...”

de tal magnitude que ultrapassaram, em impacto, àquelas verificadas ao longo dos séculos anteriores. De 1970 até os dias atuais a região não pára de se transformar e essas transformações afetam tanto as comunidades locais como a paisagem onde ocorrem.

A orla marítima dos municípios de Mata de São João e Entre Rios foi a que mais cedo sentiu os impactos sócio-espaciais que tiveram início nesse período, com a abertura da região para a instalação do Distrito Florestal do Litoral Norte e, posteriormente, para o turismo concebido em novos moldes, voltado para o mercado nacional e internacional.

Situada na Orla Sul do Município de Mata de São João a Praia do Forte, até a década de 1970, era apenas uma pequena vila de pescadores, mantendo a articulação com Salvador através dos saveiros que chegavam a São Joaquim para escoar a produção local: produtos agrícolas, frutas, pescados, artesanato de palha, dentre outros. Os trabalhos de Spínola (1987) e de Sobrinho (1998)²⁴ dão conta das profundas mudanças verificadas nessa vila a partir de então, as quais implicaram em uma nova configuração sócio-espacial da antiga Vila da Praia do Forte.

Especialmente a Vila passou a ser regida pelo Plano Diretor da Praia do Forte que regulamentou o uso e a ocupação do solo, assim como a vida dos seus moradores que foram “transferidos” de lugar pelo novo proprietário. O Projeto Loteamento Praia do Forte,

aprovado em 1979, promoveu o zoneamento das terras da antiga fazenda, destinando glebas para lotes residenciais; para áreas verdes e arruamentos; para áreas de lazer e turismo; e para a criação do Parque Garcia D’Avila, totalizando 17.894.042m²²⁵. Áreas também foram destinadas à preservação ambiental, como as Reservas de Camurugipe e da Sapiranga, desencadeando os primeiros conflitos entre proprietários e antigos moradores da fazenda.

É muito comum no Litoral Norte as terras serem vendidas juntamente com a população que vive, desde há muito, no interior das propriedades, em pequenas vilas ou povoações. O planejamento urbanístico e ambiental da Praia do Forte, todavia, passou ao largo dessas questões, privilegiando uma postura preservacionista na qual a natureza prevaleceu sobre o homem.

Na parte mais setentrional da APA LN, nos Municípios de Esplanada, Conde e Jandaíra, durante a década de 70, o turismo desempenhou um impacto secundário sobre o espaço e a sociedade. Nessa área, a implementação do Distrito Florestal do Litoral Norte²⁶, com a produção da celulose e do carvão vegetal, logrou dar início às mudanças que se sucederam. Teve início um processo crescente e contínuo de desmatamento-reflorestamento que se estende até hoje, marcando a paisagem pela monocultura do eucalipto e do “pinus” e pelo desaparecimento de maciços de mata atlântica. As sequelas no plano social também não foram poucas e algumas delas já foram estudadas por pesquisadores que andaram pela região²⁷.

Na década de 1990 as mudanças

se aceleraram e a intervenção do governo estadual, com recursos do governo federal e de bancos internacionais, foi fundamental para o estabelecimento das condições necessárias à consolidação da atividade turística. Dentre as principais ações públicas destaca-se o delineamento do que é hoje o maior programa nacional de turismo. Com relatório de 1992, o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia é o projeto estadual do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste, o PRODETUR-NE financiado pelo Banco Mundial/BIRD.

A principal linha de ação desse Programa na Bahia é a instalação da infraestrutura, básica e de transportes, para a implantação de futuros empreendimentos turísticos pela iniciativa privada. Também no contexto do Programa a atividade do turismo foi associada com a cultura²⁸ e com a ecologia, elementos esses altamente atraentes no mercado internacional. Uma forte política promocional, voltada para a captação de eventos, nacionais e internacionais, completa o quadro. A incorporação da dimensão ambiental no Programa foi exigência da agência de financiamento, tendo sido colocada em prática pelo PRODETUR-BA através da criação de unidades de conservação nas áreas de interesse turístico de todo o estado. Ao longo dos seus quase 1.200 km de litoral e em áreas do interior do Estado, como a Chapada Diamantina, foram criadas, apenas na última década, 25 de um total de 27 APAs hoje existentes²⁹. Nesse contexto também foi criada a área aqui focalizada.

O PRODETUR-BA viabilizou tam-

24 Sobrinho op. cit. e SPINOLA, Carolina. *O Impacto sócio-cultural da atividade turística na Praia do Forte*. In: FACS. Faculdade Salvador. Coordenadoria de Pesquisa, Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Salvador: BDA, 1997.

25 SOBRINHO, Op. cit. p. 54

26 O empreendimento abrangeu vários municípios e uma área 763.000 ha.

27 **Centro Mineiro de Estudos e Pesquisas sobre Florestas**. *Os “fracos” e os “avesos”: formas de resistência social no litoral norte da Bahia. Uma Análise dos Conflitos entre os Projetos da Pequena Produção e da Agroindústria Florestal*. Belo Horizonte: 1997. Mimeo.

28 Cria-se, nessa época, a Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia.

29 BAHIA.SEPLANTEC/CRA. *Cadastro das Unidades de Conservação do Estado da Bahia*. Documento Síntese. Salvador, 1998.

“O “Costa do Sauípe” não é o único, mas, certamente, é o maior projeto turístico da região...”

bém a abertura de várias rodovias no Estado, entre elas a BA-099 conhecida como Linha Verde. Até meados dos anos 1980, a BA-099 estendia-se desde o Rio Ipitanga, no Município de Lauro de Freitas até Areembepe em Camaçari, numa extensão de 26 km.. Em 1992 teve início a construção da estrada que foi inaugurada no ano seguinte, 1993, época em que também era finalizado o Plano de Manejo da APA LN. O zoneamento ecológico-econômico, hoje em fase de atualização, afirma alguns usos tradicionais do espaço, redefinindo e incorporando outros.

Essas intervenções prepararam o terreno para a implantação dos projetos turísticos que se sucederam na APA. A experiência da Praia do Forte em 1970 e, em 1990, a do Complexo Sauípe, fazem parte de um mesmo processo, que resultou em uma redefinição do espaço, deslocando para o interior imediato a população residente e acirrando conflitos em torno dos recursos naturais, agora reservados ao turismo. O fenômeno da 2ª residência integra o mesmo quadro. Loteamentos foram abertos, alguns implementados, outros não, encontrando-se esses na expectativa de valorização no mercado e alimentando um processo crescente de especulação imobiliária, sobretudo, na porção Sul da APA LN. Quase cinquenta anos se passaram, desde a venda das terras de Schindler para a CNO, para que as condições de implantação do projeto estivessem estabelecidas e, nesse processo, o Estado desempenhou um papel fundamental. O “Costa do Sauípe” não é o único, mas, certamente e por enquanto, o maior projeto turístico da região, tendo sido implementado como um

típico empreendimento exógeno, apartado das condições de vida da população local.

4.4. A REGIÃO HOJE

Todas essas intervenções trouxeram consigo mudanças sociais, espaciais e na paisagem da área em foco. O “Diagnóstico Socioambiental da APA Litoral Norte”³⁰, realizado no âmbito do Programa de Planejamento e Gerenciamento Ambiental da APA³¹, teve como objetivo conhecer o “beneficiário” da criação daquela unidade de conservação e levantar subsídios para a gestão “participativa” da área. Sintetizam-se, a seguir, alguns dos principais resultados do levantamento realizado.

Trata-se de uma população natural do próprio Litoral Norte, bastante jovem, com cerca de 50% do conjunto com idade inferior a 20 anos, de baixa escolaridade e poucos anos de estudo, pobre e pouco preparada para enfrentar, em plano de igualdade com quem vem de fora, as mudanças que se processam. Essa população vivia, até bem recentemente, sobretudo de atividades “tradicionais”, tais como a agricultura familiar, a pesca, a mariscagem, a coleta de frutos nativos, o artesanato da palha da piaçava e a prestação de pequenos serviços aos veranistas. Nos últimos anos, presencia-se a emergência de novas atividades e de exigências de qualificação compatíveis com uma nova lógica de acumulação. Numa hipotética escala de intensidade, as transformações vêm ocorrendo no sentido sul-norte, concentrando-se principalmente na parte mais meridional da APA, nos municípios de Mata de São João e Entre Rios, onde as atividades modernas, ligadas ao turismo, tendem a se

homogeneizar. Esplanada, Conde e Jandaíra foram afetados por outros processos como a silvicultura, mantendo a agropecuária extensiva, o que resultou em uma radical redefinição do espaço, com a substituição da Mata Atlântica pela monocultura de “*pinus*” e do eucalipto e uma paisagem de grandes pastagens. Os investimentos públicos através da implementação de obras de infra-estrutura e recuperação do patrimônio, ao lado dos investimentos privados, também privilegiaram a porção sul da APA LN.

As novas atividades, sejam aquelas associadas ao Distrito Florestal e à silvicultura ou aquelas relacionadas aos serviços turísticos, tendem a desestabilizar essas comunidades que, há muito, mantinham um estilo diferenciado de viver e de se relacionar com os recursos naturais, pelo trabalho extrativista.

A existência de pequenas povoações litorâneas é observada por Diegues como remanescentes de povoações coloniais que viviam da utilização de recursos naturais renováveis ao longo de toda a extensão da costa brasileira. Com a saída dos grandes proprietários para as cidades, essas povoações acabaram por estabelecer formas especiais e espontâneas de gestão dos recursos naturais. Com base na obra de McKean (1989), o mesmo autor chama de “*propriedade comum*” essa forma de uso dos recursos naturais, entendida por ele como um sistema de apropriação comunitária de espaços e recursos naturais. Tais grupos, a despeito de possuírem o espaço privado da casa e do quintal, dispõem, ainda, de espaços comuns para a agricultura, utilizando outras áreas naturais para a exploração de recursos como o mar, mangues e rios³².

Considera-se que, pelo menos, até a década de 1970, a população do

30 Realizado pela UNIFACS/CONDER/DFID (Agência do Governo Britânico), no período de 1998-2.000, em 39 povoados dos cinco municípios da APA LN.

31 Programa em execução pela SEPLANTEC/CONDER, em parceria com o DFID/Governo Britânico.

32 DIEGUES, A.C.S. *As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais*. In: SERRANO, M. Toledo (org). *Viagens à natureza. Turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus, 1997, p. 85-102.

“...povoados que abrigam a população da área passam a crescer de forma desordenada e hoje acumulam problemas típicos de sociedades urbanas...”

Litoral Norte pode ser identificada com as populações referidas por Diegues, tanto como povoações originadas no interior de grandes fazendas de gado e de coco, como pelo padrão “comunal” de uso de recursos observado, ainda hoje, em certos espaços da APA LN. Evidentemente que esse padrão de uso dos sistemas naturais tem sofrido fortes pressões e tende ao desaparecimento. Hoje são comuns os conflitos entre proprietários e posseiros em torno dos mesmos. Na Vila Sauípe, por exemplo, a “Fonte da Ritinha”, minadouro de água potável utilizado para o consumo da população (STIFELMAN, 1997), transformou-se em um “Pesque-Pague” para o lazer dos visitantes e, as artesãs de Porto Sauípe, já não encontram nas redondezas a piaçava para a confecção do artesanato, tendo que buscá-la cada vez mais ao norte, em terras ainda não cercadas pelos proprietários. Avolumam-se nos depoimentos de moradores as referências ao “mato escasso” e ao “cercamento” de áreas antes abertas.

Fatores como a expansão urbano-industrial, desenvolvimento do mercado turístico, políticas públicas territoriais, econômicas e sociais incompatíveis entre si e a permanente urbanização litorânea, associada ao turismo, têm sido responsáveis pelas mudanças sociais e redefinições espaciais do litoral brasileiro em geral e, em particular, do nordestino. Os povoados que abrigam a população da área passam a crescer de forma desordenada e hoje acumulam problemas típicos de sociedades

urbanas, tais como todo tipo de poluição e degradação ambientais, além da violência, prostituição e desemprego, devido à precária qualificação da população local que não responde aos requisitos de inserção nas atividades turísticas emergentes, dentre outros. O litoral da Bahia não escapa à essa tendência.

A abertura da Linha Verde, no início dos anos 1990, expôs a região a um conjunto de novas situações com as quais a população vem se havendo até hoje. Se para alguns trouxe o “progresso”, para outros, trouxe “problemas”, acelerando e consolidando mudanças que se delineavam desde a década de 1970. Uma das mais graves decorrências dessa intervenção possa ser considerada aquela que lançou a um espaço de isolamento as comunidades que ficaram do lado Oeste da Linha Verde. Comunidades antes dispostas de forma contígua no território foram seccionadas pela rodovia e, aquelas que ficaram do lado oposto ao mar, encontram-se hoje em situação de grande desvantagem em relação às que se encontram à leste. Os focos de pobreza identificados pelo Diagnóstico Socioambiental já referido, não por acaso, encontram-se do lado Oeste da Linha Verde, bem longe do mar e dos olhos daqueles que passam pela estrada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências mais negativas das mudanças mencionadas nesse ensaio referem-se, primeiramente, ao impacto destrutivo que elas exerceram e ainda exercem sobre formas de vida pré-existentes. A despeito de tratar-se de uma sociedade pobre, a população “destinatária” da criação da APA LN, antes da Linha Verde e do zoneamento ecológico-econômico da área, mantinha livre acesso aos recursos naturais disponíveis, deles extraíndo uma complementação da dieta e dos rendimentos familiares.

Desde sempre, como foi visto, os recursos naturais, antes natureza bruta, agora paisagem moldada pelo trabalho do homem, ainda que pertencem

aos senhores proprietários, tinham pouco valor no mercado e, enquanto assim permaneceram a população, em sistemas de arrendamento e de posse, organizou-se sobre os conjuntos naturais existentes, numa interação praticamente direta e de impacto capaz de ser assimilado pelos ecossistemas locais. Hoje, o quadro é outro. Rios são poluídos, mananciais apropriados, a piaçava cercada; a terra enfraquecida pelo uso, o pescado escasseado; a biodiversidade empobrecida e a população apartada dos meios tradicionais de subsistência.

O avanço da urbanização sobre esses espaços, seja pela expansão da Região Metropolitana de Salvador; seja pelo veraneio e pelas segunda residências; seja pelos mega-projetos turísticos, seja pelos investimentos públicos em infra-estrutura, são fatores que estão, de um lado, alterando rapidamente sociabilidades antes existentes e, de outro, mudando as relações homem-natureza. O resultado mais imediato desse conjunto de fatores é o empobrecimento da população local e o processo de exclusão ao qual estão sendo submetidas. Essas populações perdem duplamente: de um lado, o acesso aos recursos naturais, de outro, o acesso aos empregos gerados pelas novas atividades, sejam as ligadas aos serviços turísticos, sejam as relacionadas a outros investimentos, pela falta de preparo e qualificação. Essa situação é contundente no Litoral Norte da Bahia e pode ser facilmente identificada ao longo de todas as povoações praias.

Nesse sentido, os dados estão lançados. Caminha-se rapidamente para uma redefinição do espaço e das paisagens, dos usos que sobre o espaço se estabelecem e, finalmente, da sociedade que se re-organiza em condições desfavoráveis para os grupos autóctones. As atividades hegemônicas serão, mais cedo ou mais tarde, aquelas que vêm emergindo nos últimos 30 anos, sendo pouco provável uma participação mais efetiva da população local no planejamento e gestão da área, conforme apregoa a legislação ambiental que incide sobre as unidades de conservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHIA.SEPLANTEC/CRA. **Cadastro das Unidades de Conservação do Estado da Bahia.** Documento Síntese. Salvador, 1998.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo (org). **Recôncavo da Bahia. Sociedade e economia em transição.** Salvador: ALB, UFBA, 1997. p. 42-43.
- CENTRO MINEIRO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE FLORESTAS. **Os "fracos" e os "avessos": formas de resistência social no litoral norte da Bahia. Uma Análise dos Conflitos entre os Projetos da Pequena Produção e da Agroindústria Florestal.** Belo Horizonte: 1997. Mimeo.
- DIEGUES, A.C.S. *As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais.*

- In: SERRANO, M. T. (org). **Viagens à natureza. Turismo, cultura e ambiente.** Campinas: Papyrus, 1997, p.85-102.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 95-99.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- LYRIO, Ronaldo Silveira. **Relatório para a atualização do Plano de Manejo da APA LN.** Salvador: Conder, 2001.
- MORAES, Antônio Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica. A Valorização do Espaço.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da Zona Costeira do Brasil. Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro.** São Paulo: Hucitec, EDUSP, 1999 p. 33-39.

- QUEIROZ, A L.C.P. e ALMEIDA, I. C. **Porto Sauípe: o traçado de uma linha e as transformações no verde.** Monografia de conclusão de Curso. Salvador, UNIFACS, 1997.
- SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: Hucitec, 1997, p.37.
- SOBRINHO, L. G. **Em busca do paraíso... A (ECO) lógica, a gestão do território e o turismo em Praia do Forte - Bahia.** Dissertação de Mestrado, UFBA, 1998.
- SPINOLA, Carolina. **O Impacto sócio-cultural da atividade turística na Praia do Forte.** Dissertação de Mestrado, UNIFACS, 1997.
- STIFELMAN, Golde Maria. **Sauípe em Três Tempos: Um processo de desapropriação no Litoral Norte da Bahia.** Dissertação de Mestrado. Salvador. UFBA, 1997, p.43
- TRIVINÓS, Augusto, N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1987, 49-74.



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2 CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS COM ÊNFASE EM ECONOMIA EMPRESARIAL

Curso de Economia Empresarial

Um curso moderno dedicado à formação de técnicos para a direção e consultoria econômica de empresas.

O projeto do curso concentra-se na Economia das Empresas, formando profissionais com capacitação para a gestão econômica de negócios da iniciativa privada, nas áreas mais diversas como agricultura, agroindústria, indústria, comércio, serviços e turismo.

Com um currículo dedicado à microeconomia o curso contempla em profundidade áreas como as do comércio internacional, câmbio, mercado de capitais, economia agrícola, economia industrial, da tecnologia, do turismo e serviços além de técnicas de consultoria econômica, gestão de micros e pequenos negócios e do meio ambiente, entre outras disciplinas de conteúdo avançado.

Os economistas formados pela UNIFACS estarão habilitados a executar, entre outras, as seguintes atividades:

- planos, programas e projetos empresariais;
- análise econômica e financeira e análise de risco de investimentos;
- estudos de mercados, de competitividade e de viabilidade econômica de empreendimentos;

- operações no mercado financeiro, notadamente nos mercados de capitais (bolsa de valores, fundos de investimentos) e cambial;
- estudos de competitividade internacional de produtos;
- gestão econômica e financeira de negócios;
- estudos, análises e pareceres pertinentes à micro e macroeconomia. Análises de conjuntura, elaboração de cenários macroeconômicos;
- perícias, avaliações e arbitramentos. Determinação do preço de mercado de empresas;
- montagem e desenvolvimento do seu próprio negócio;
- outros trabalhos vinculados à consultoria econômica.

**Prédio de Aulas 08 – Campus Iguatemi
Alameda das Espatódias, 915
Caminho das Árvores
Salvador-BA – CEP. 41.820-460
Tel. (071) 273-8500/8560
Fax. (071) 273-8525
e-mail: economia@unifacs.br**